



EDITAL

PROCESSO 058/2025

DIÁLOGO COMPETITIVO Nº 001/2025

PRIMEIRA ETAPA: PRÉ - SELEÇÃO

Pré-seleção dos licitantes: edital informando as suas necessidades e as exigências para as empresas interessadas em participar da fase de diálogo, e estabelecerá, no mínimo, prazo de 25 dias úteis para os interessados se manifestarem e que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos no edital.

OBJETO: Contratação de credenciamento de pessoa jurídica para seleção de projetos de gestão do plano de saúde da fundação do ABC, sua mantida e unidades gerenciadas, através de corretoras/administradoras de benefícios.

1. PREÂMBULO

1.1 A FUNDAÇÃO DO ABC - FUABC, com sede na Avenida Lauro Gomes, 2.000, Vila Sacadura Cabral, Santo André, São Paulo/SP, CEP 09060-870, inscrita no CNPJ sob nº 57.571.275/0001-00, **para credenciamento de pessoa jurídica para seleção de projetos de gestão do plano de saúde da fundação do ABC, sua mantida e unidades gerenciadas, através de corretoras/administradoras de benefícios**, nas condições e especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência e de acordo com a nova Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e, subsidiariamente, pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, suas alterações posteriores e demais normas legais pertinentes.

1.2 LOCAL E DATA

Da Entrega do envelope de Documentos de Habilitação

DATA: 17/09/2025 – Até 10h

LOCAL: Sala de Reuniões da Curadoria da FUABC – Av. Lauro Gomes, 2.000, Vila Sacadura Cabral, Santo André/SP – CEP: 09060-870

Abertura da sessão:

DATA: 17/09/2025 – Às 10h

LOCAL: Sala de Reuniões da Curadoria da FUABC – Av. Lauro Gomes, 2.000, Vila Sacadura Cabral, Santo André/SP – CEP: 09060-870

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem como objeto o credenciamento de pessoa jurídica para seleção de projetos de gestão do plano de saúde da fundação do ABC, sua mantida e unidades gerenciadas, através de corretoras/administradoras de benefícios.

3. DA DECISÃO DE CONTRATAR

3.1 A decisão de contratar foi adotada pela Fundação do ABC, frente a necessidade de ampliar a oferta de serviços relacionados à comercialização, administração e gestão do plano de saúde, com ênfase na redução da sinistralidade e na promoção da saúde dos colaboradores. Além disso, busca-se o desenvolvimento de programas voltados à saúde e bem-estar, com integração à área de medicina do trabalho, garantindo um acompanhamento adequado para a manutenção da saúde dos colaboradores.

4. TIPO DE PROCEDIMENTO

4.1 O procedimento adotado, conforme termo de referência em anexo se dá com amparo do artigo 28º, V da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, é o diálogo competitivo, modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Os interessados em celebrar o credenciamento deverão encaminhar sua manifestação de interesse.

5.2 O presente Edital ficará aberto por prazo determinado.

5.3. Não haverá procedimento de classificação das manifestações, sendo que todos os que se manifestarem e que atenderem as exigências do presente Edital poderão participar da segunda fase.

5.4. Será vedada a participação de instituições:

- a) declaradas inidôneas por ato do Poder Público
- b) pessoas físicas, cooperativas e interessados que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
- c) impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas;
- d) incluídas na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- e) incluídas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e,
- f) incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- g) Empresa que tiver sua falência decretada, estiver em processo de dissolução irregular ou com suas atividades encerradas de fato ou de direito;
- h) Empresa que tiver sido objeto de cisão, fusão ou incorporação societária sem que a nova entidade comprove a manutenção das condições de habilitação jurídica, técnica e econômico-financeira exigidas no presente certame;
- i) Empresa que estiver em processo de recuperação judicial ou extrajudicial sem comprovar, de forma suficiente e objetiva, a viabilidade econômica da empresa e sua plena capacidade de executar o objeto contratado, nos termos exigidos na qualificação econômico-financeira deste edital.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 Será admitido apenas 1 (um) representante credenciado para cada Licitante.

6.2 Para comprovar a representação legal ou a qualidade de preposto da Licitante, o representante entregará juntamente com seu documento de identidade de fé pública (será aceito o RG - Carteira de Identidade Civil ou documento de Identidade expedido por Órgão de Registro Profissional):

- a) se procurador, procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social/estatuto social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases, e em todos os demais atos, em nome da licitante; ou
- b) se representante legal, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.

6.3 A credencial não é obrigatória, mas somente poderá manifestar-se nas sessões de abertura dos envelopes o representante devidamente credenciado.

6.4 Toda a documentação relativa ao credenciamento deverá ser apresentada fora do envelope de “Habilitação”

6.5 A empresa licitante somente poderá se pronunciar através de seu representante credenciado e ficará obrigada pelas declarações e manifestações do mesmo.

7. REQUISITOS DA PRÉ- SELEÇÃO

7.1 A etapa de seleção prévia tem o intuito de selecionar para o diálogo as participantes que tenham capacidade econômico-financeira, jurídica e técnica para contribuir com o desenvolvimento de uma solução adequada à necessidade da Fundação do ABC.

7.2 A não apresentação dos documentos exigidos neste Edital, implicará no indeferimento da Solicitação de Participação.

7.3 Serão pré-selecionadas para participar da etapa de diálogo somente as empresas que atendam a todas as condições constantes neste Edital.

7.4 Deverão obrigatoriamente entregar no envelope os seguintes documentos:

- a) Solicitação de Participação (Anexo II);
- b) Habilitação Jurídica;
- c) Fiscal e Trabalhista;
- d) Qualificação Econômico-Financeira;
- e) Qualificação Técnica/exigências técnicas;
- f) Todos os demais documentos especificados neste item.

7.5 Poderão participar do presente Diálogo as pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível e pertinente ao objeto demandado e desde que atendam a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

7.6 Compõem os documentos relativos à **habilitação jurídica**:

- a) registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.7 A documentação deverá estar atualizada e acompanhada de todas as alterações ocorridas.

7.8 Compõem os documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- b) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais, créditos tributários relativos às contribuições sociais, contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas na Dívida Ativa da União (DAU);
- c) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa e Certidão Negativa de Débito Inscritos da Dívida Ativa, se houver) do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão Negativa de Débitos Fiscais;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (certidão de tributos mobiliários e imobiliários, se houver) do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão Negativa de Débitos Fiscais;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, em relação a todos os estabelecimentos da empresa, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 9.452, 1º de maio de 1943, instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011.

7.9 Os documentos devem estar válidos na data de realização da sessão, caso possuam prazo determinado de validade. Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, o documento que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica para o respectivo documento.

7.9.1. Serão aceitas Certidões Positivas com Efeito de Negativas.

7.9.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação deste certame licitatório ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

7.9.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante proponente for declarado o vencedor do

certame, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação do licitante e a critério da Fundação do ABC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.9.4. A não regularização da documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Fundação do ABC, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 compõem os documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

7.10.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo Poder Judiciário, através da Comarca da sede do licitante, com prazo de validade determinado no documento ou com a data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

7.10.2 Caso o Poder Judiciário da sede do licitante não forneça o documento com informações unificadas da Comarca, deverá apresentar a Certidão negativa de falência ou recuperação judicial juntamente com documento emitido pelo órgão judiciário competente, que relacione o(s) distribuidor (es) que na Comarca de sua sede tem atribuição para expedir Certidões Negativas de Falência ou Recuperação Judicial.

7.10.3 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, bem como deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

7.10.4 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.10.5 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins habilitação capital social ou patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

7.10.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.10.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base nos limites definidos pela legislação vigente para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.10.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.10.9 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.11 Compõem os documentos relativos à **qualificação técnica a seguinte comprovação:**

7.11.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante prestou, a contento, serviços em gestão de planos de saúde e redução de sinistralidade de no mínimo 5 anos, sendo permitido a somatória de atestados.

7.12 Compõem os documentos relativos à **requisitos técnicos as seguintes comprovações:**

7.12.1. Certificações e registros na SUSEP (Superintendência de Seguros Privados);

7.12.2. Equipe multidisciplinar com expertise nas áreas de saúde, finanças e gestão de riscos;

7.12.3. Conhecimento das normas e regulamentações do setor, incluindo as da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar);

7.12.4. Experiência com softwares de gestão de planos de saúde, em conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e demais normas de proteção de dados.

7.12.5. Estrutura física e tecnológica adequada para atender às demandas da empresa;

7.12.6. Sistemas de gestão e análise de dados eficientes, para monitoramento e controle;

7.12.7. Atendimento ágil e personalizado aos clientes, garantindo a satisfação e resolutividade;

7.12.8. Suporte técnico e treinamento para o uso do software, em conformidade com a legislação vigente.

8. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail comissaoodelicitacao@fuabc.org.br das 08:00 às 16:00 horas, obedecendo o prazo mencionado acima.

8.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo, em caso de análise técnica que demande tempo maior para análise, razão pela qual a suspensão será publicada no site da Fundação do ABC (www.fuabc.org.br).

8.4 A impugnação oferecida dentro do prazo estabelecido no item 13.1, será encaminhada imediatamente à autoridade máxima da Unidade, para que esta se manifeste quanto à aplicação do efeito suspensivo ou não a essa.

8.5 Havendo acolhimento pelo Setor Jurídico da Fundação do ABC, das impugnações formuladas, o departamento responsável publicará no site da Fundação do ABC (www.fuabc.org.br).

8.6 Se procedente e acolhida a impugnação deste Memorial, seus vícios serão sanados e nova data será designada para realização do certame.

8.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9. DAS VISTAS

9.1 Serão realizadas vistas ao processo a todos os interessados, a partir da Publicação final, após análise da documentação das empresas classificadas para a segunda fase, ocasião em que será aberto prazo para apresentação dos recursos e posterior contrarrazões.

9.2 As vistas deverão ser feitas formalmente e protocoladas junto ao Departamento de Compras da Fundação do ABC, dentro das 08:00 às 16:00 horas.

10. DOS RECURSOS

10.1 Após declaração dos credenciados e aptos para a próxima fase, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso.

10.3 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Tratando-se a adjudicatária de microempresa ou empresa de pequeno porte em relação a qual se tenha constado restrição ou ressalva no tocante à respectiva regularidade fiscal e trabalhista ao tempo da etapa de habilitação, deverá ela demonstrar a correção da falta no prazo de cinco (5) dias úteis, que se seguirem à adjudicação e homologação, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, mediante prévio pedido da interessada, sem prejuízo da imposição das sanções previstas no neste Edital;

10.5 Quando a Adjudicatária se recusar a entregar a documentação exigida, bem como, se recusar a entregar o(s) item(ns) do(s) qual(is) sagrou-se vencedora, poderão ser retomados, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação.

10.6 Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

11. DAS CONDIÇÕES

11.1 As empresas credenciadas e habilitadas na primeira fase, estarão aptas para a segunda fase do diálogo competitivo, o qual consiste em do Fase de diálogo: onde as empresas

selecionadas da pré-seleção, participarão efetivamente do planejamento da contratação da administração com debate e discussões entre os fornecedores de forma individual para identificar e definir os meios mais adequados para satisfazer a necessidade de acordo com que a Administração deseja contratar. Sendo assim, a conclusão desta fase é a definida, partindo assim para a fase competitiva.

11.2 A segunda fase será agendada posteriormente, e divulgada no diário oficial e site da Fundação do ABC.

Integram o edital os seguintes anexos:

I – Anexo I - Termo de Referência

II – Anexo II – Solicitação de Participação

Santo André, 22 de julho de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente



Anexo II

Solicitação para Participação **(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

Nome da Empresa:

CNPJ da Empresa:

Endereço Completo da Empresa:

Telefone e E-mail para Contato:

Representante Legal da Empresa:

Cargo do Representante Legal:

A empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ da Empresa], com sede em [Endereço Completo da Empresa], por meio de seu representante legal, [Nome Completo do Representante Legal], [Cargo do Representante Legal], DECLARA, para os devidos fins, seu interesse na participação no processo de diálogo competitivo referente ao Edital [Número do Edital/ Ano], com o objetivo de [descrever brevemente o objeto da licitação].

A empresa declara ter ciência de todas as condições estabelecidas no edital e nos documentos anexos, incluindo as regras para a fase de diálogo.

Atenciosamente,

[Local], [Data

Representante Legal